

Alberto Kopittke

MANUAL DE
**SEGURANÇA
PÚBLICA**
BASEADA EM
EVIDÊNCIAS

O que funciona e o que não funciona na prevenção da violência



Conhecer

© 2023 Alberto Liebling Kopittke Winogron
© 2023 Editora Acadêmica do Brasil - EAB Editora
Publicado em 2023 / Impresso no Brasil

Conselho Editorial

Diego José Baccin
Jacopo Paffarini
Jandir Pauli
Jean Von Hohendorff
Marisa Basegio Carreta Diniz
Nadiane Feldkercher
Paulo César Carbonari
Sidinei Cruz Sobrinho
Valdevir Both
Volmir José Brutscher

Edição: EAB Editora
Projeto gráfico: Diego Ecker e Rodrigo Oscar Roman
Diagramação: Diego Ecker e João Moro de Oliveira
Capa: Rubens Lima
Foto do autor: Igor Sperotto
Adaptação de gráficos, pesquisa e edição de imagens: Rodrigo Oscar Roman
Esquemas visuais e vídeos: Álvaro Andrade
Normalização: Wanduir R. Sausen
Revisão: Araceli Pimentel Godinho
Revisão de provas: Thiago Magnus
Revisão geral: Marcos Rolim
Pesquisa e referências: Águida Schultz
Projeto de comunicação: Jenifer Teixeira e Lia Gazzola Pinzetta

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

K83m Kopittke, Alberto
Manual de segurança pública baseada em evidências :
o que funciona e o que não funciona na prevenção da
violência / Alberto Kopittke. – Passo Fundo: Conhecer, 2023.
808 p. : il. color. ; 20,5 x 27,5 cm.
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-84710-00-9.

1. Segurança pública no Brasil. 2. Políticas de segurança
pública. 3. Prevenção social. 4. Policiamento. 5. Violência
policia. 6. Redução da reincidência criminal. 7. Violência
contra a mulher. I. Título.

CDD: 351
CDU: 351.74(81)

Catalogação: Marina Miranda Fagundes - CRB 14/1707

Direitos desta edição reservados à
Editora Acadêmica do Brasil Editoração e Diagramação LTDA - EAB Editora
Rua Senador Pinheiro, 350 – Sala 01 – Bairro Vila Rodrigues
99070-220 – Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil
www.eabeditora.com.br – contato@eabeditora.com.br

Para comentários, críticas e sugestões sobre o conteúdo do livro: segurancaeevidencias@gmail.com
Para mais informações sobre SPBE: www.segurancaeevidencias.com.br

*Lúcia e Luciane, pelo amor que me fez ser o que sou,
Tâmara, pelo amor que me faz tentar ser melhor do que sou,
Maia e Florença, pelo amor que me transcende.*

*A nossa ciência, comparada à realidade,
é primitiva e infantil – e, mesmo assim,
é a coisa mais preciosa que temos.*

Albert Einstein

Agradecimentos

Registro meu profundo agradecimento a todos que fizeram parte da minha trajetória na área da segurança e também na área científica. A tentativa de nomear a todos com certeza resultaria no grave equívoco de esquecer alguém. Devo a cada uma das tantas lideranças com quem tive a oportunidade de trabalhar, a experiência e as balizas éticas e morais que adquiri. Daqueles que me apresentaram os caminhos da ciência, devo a certeza de que jamais podemos nos autoenganar e que o uso dos melhores métodos científicos é a única forma de ajudarmos a sociedade a encontrar melhores respostas.

Faltam-me palavras para agradecer aos editores dessa obra, da EAB Editora, que aceitaram embarcar comigo nessa longa e dolorosa jornada e se dedicaram imensamente ao longo de meses cuidando cada detalhe dessas páginas e foram absolutamente fundamentais para construir um sonho muito melhor do que eu havia sonhado.

Por fim, o começo. Um agradecimento com todo o coração a minha família, minha base, referência e inspiração. Obrigado pela paciência e pelo carinho que me permitiram seguir em frente.

Uma ótima leitura!

Como ler este livro

Evidências do tipo de programa

Mostram evidências sobre as experiências de aplicação em determinado programa.

Evidências gerais

Trazem informações sobre estudos de diferentes aspectos de uma determinada temática.

Caso concreto

Nesta seção são apresentadas informações sobre uma experiência de aplicação de um método, técnica ou programa. Além do território, são apresentadas as informações sobre o período de aplicação e os resultados obtidos com esta experiência.

640

ALBERTO KOPITKE

Evidência do tipo de Programa

Em razão do avanço dos estudos sobre as consequências do aprisionamento do homem agressor, diversos outros mecanismos de responsabilização e reabilitação têm sido objeto de avaliação, como veremos a seguir.

O impacto de diferentes formas de responsabilização criminal do homem agressor sobre a reincidência de violência contra a mulher

Uma revisão sistemática de 2012¹³⁸ localizou 31 avaliações de impacto sobre o efeito do processo criminal em relação à reincidência da violência contra a mulher. Importante destacar que todos os estudos foram em países desenvolvidos, em especial EUA e Canadá. Do total, 15 estudos identificaram que o processamento criminal da violência contra a mulher produz redução na taxa de reincidência, enquanto quatro mostraram que aumenta a reincidência. Segundo a revisão, a diferença nos resultados está relacionada ao tipo de sanção imposta.

Processos criminais que resultam em sanções diferentes da prisão possuem um indicativo de que produzem queda na violência contra a mulher, sendo que os resultados indicam que o aprisionamento gera aumento nas taxas de reincidência na ordem de 36%, confirmando os resultados apontados pelos estudos de Sherman e outros.¹³⁹ A revisão não faz nenhuma análise do impacto de outros tipos de sanção alternativas a prisão, conforme as características dos agressores, nem das agressões por eles cometidas, sendo necessária bastante cautela para analisar esses resultados.

Evidência Geral

O impacto do aprisionamento

A revisão sistemática¹⁴⁰ de 2020 realizou uma metanálise sintetizando os resultados de 11 estudos já publicados para avaliar como a prisão por violência contra a mulher afeta a reincidência criminal, os quais investigaram um total de 8.540 homens agressores, entre aqueles que foram presos e os que não foram presos, para servirem de grupo controle.

Dos 11 estudos incluídos na metanálise, três encontraram que a prisão produziu efeitos colaterais aumentando a violência contra a mulher, outros dois encontraram que a prisão não provocou impacto positivo nem negativo. O resultado da metanálise indica que, em média, a prisão não limitou o número de agressões cometidas pelo agressor nem piorou o número de lesões sofridas pelas mulheres comparativamente aos casos em que os agressores não foram presos. Importante destacar que a metanálise não avaliou o impacto segundo as diferentes características dos homens e que os estudos terem como resultado final a ausência de impacto pode ser explicado em função de que a reincidência é maior para um determinado grupo de agressores do que para outro.

5. PREVENÇÃO SOCIAL

189

O Programa de Ensino Médio Integral de Pernambuco

Onde foi implementado: Pernambuco – Brasil.

Período: desde 2004.

Resultado: um estudo identificou redução de 50% no número de jovens vítimas de homicídios nas cidades que implementaram o programa.

O programa foi implementado a partir de 2004, pelo Estado de Pernambuco, tendo como público-alvo estudantes de escolas públicas de ensino médio, ampliando a carga horária de 5 para 10 horas diárias, sendo que em algumas escolas essa ampliação ocorre todos os dias da semana e em algumas escolas a ampliação ocorre em um ou mais dias da semana. Durante o tempo ampliado os alunos têm experiências educativas nas disciplinas estruturantes do currículo e atividades culturais, sociais, artísticas e esportivas.

Além disso, o departamento de educação trouxe mudanças no currículo das escolas, capacitação para professores e diretores e melhoria na estrutura do prédio das escolas. Após dez anos, em 2014, o Programa já atendia escolas em todos os municípios chegando a 40% dos escolares.



Impacto do Programa de Ensino Médio Integral de Pernambuco

Uma avaliação de impacto publicada em 2022 estimou a eficácia do Programa de Ensino Médio Integral de Pernambuco, sobre as taxas de homicídios envolvendo escolares de 15-19 anos de idade, utilizando informações fornecidas pelo DATASUS e registros administrativos do Departamento de Educação de Pernambuco. Segundo os autores as estimativas indicam que o programa reduziu as taxas de homicídios municipais em 12 pontos percentuais, o que se traduz em uma redução de 30 a 50% nas taxas médias de homicídios¹³⁵.

Caso concreto

Figura 5.14. Alunos atendidos pelo Programa de Ensino Médio Integral de Pernambuco.

Evidência do Caso Concreto

Evidências do caso concreto

Reúnem informações sobre uma aplicação concreta daquele programa ou ação.

Notas

Tanto as referências bibliográficas, quanto as notas explicativas são paresnetadas de forma unificada ao final dos capítulos. Sempre que você encontrar um destes números sobrescritos basta ir até as notas ao final do capítulo para localizar a referência bibliográfica ou o comentário. As referências bibliográficas são apresentadas de forma completa quando aparecem pela primeira vez e de forma resumida (autor e data) nas demais ocorrências no capítulo.

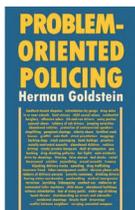


Figura 7.2. Capa do livro de Herman Goldstein, considerado o pai do policiamento orientado à solução de problemas (POSP).

PROGRAMA - 7.4.1 Policiamento orientado à solução de problemas (POSP)

Problema: Roubos, Furtos, Perturbação do sossego e vandalismo.		
Efetividade	Força de impacto	Qualidade das evidências
<p>Funciona</p>	<p>Alto</p>	<p>Muito forte</p>

O policiamento orientado à solução de problemas (POSP) representou a grande virada entre o modelo tradicional de policiamento e o início da construção de uma nova forma de pensar soluções para o problema da violência. Herman Goldstein²³, que era um influente criminologista dos EUA, propôs o método para ajudar as polícias a superarem suas práticas reativas e sem foco: deixariam de priorizar tanto os indicadores de atividade, como o número de prisões que realizavam ou o tempo que demoravam para chegar até uma ocorrência, e passariam a focar seus esforços para de fato tentar reduzir os problemas prioritários.

Goldstein estudou profundamente quais eram as razões que faziam o policiamento comunitário [►5.9] – a grande esperança na década de 1970 para mudar o modelo tradicional – não conseguir reduzir a violência, como veremos no tópico seguinte. Ele percebeu que as polícias precisavam aprimorar a forma como se organizavam para lidar com os problemas, melhorando sua capacidade para definir prioridades, analisar os problemas, estudar os melhores métodos já usados em outros lugares e construir mais parcerias para resolver cada um deles. Percebeu, ainda, que o policiamento comunitário provocava um efeito colateral inesperado: aumentava a demanda sobre os policiais que atuavam em contato com as comunidades, que também tinham que atender os chamados de emergência, e diminuía a capacidade de análise dos problemas, fazendo a polícia ter ainda menos foco e proatividade; isso rapidamente resultava em frustração tanto para os policiais quanto para as comunidades, que não viam os problemas de violência e desordem serem solucionados.

Embora O POSP seja considerado em muitas obras internacionais sobre o tema, um método de policiamento, achamos mais adequado apresentá-lo como um modelo de gestão ou, até mesmo, como o grande modelo para pensar os problemas de violência, uma vez que ele foi um dos pilares do policiamento comunitário. A consurgência dos problemas de violência que veremos abordados sobre este tipo de problema.

Saiba mais

Para se aprofundar mais sobre um item você poderá utilizar as informações deste quadro para uma busca via internet ou ir diretamente a um site apontando a câmera do seu celular para os QRcodes.

+ Saiba mais

Saiba mais: Centro de Policiamento Orientado à Solução de Problemas

O Center for Problem-Oriented Policing é uma associação sem fins lucrativos, criada em 1999, formada por diversos pesquisadores e policiais, hoje mantida pela Universidade de Albany, nos EUA. O centro disponibiliza mais de 70 guias detalhados de estratégias de POSP, sobre os mais diferentes tipos de criminalidade e problemas de convivência, além de realizar diversos cursos e uma conferência anual que reúne centenas de gestores de policiais de todo o mundo.



Programas

As seções identificadas como programas se caracterizam por apresentarem técnicas e métodos aplicados de forma concreta, em diferentes contextos, e com estudos consolidados sobre os resultados alcançados, que podem ser considerados evidências.

[►5.9]

Referências cruzadas

Esta é uma referência cruzada, ela indica que determinado assunto é abordado também em outra parte do livro. O número refere-se a seção para que você localize o assunto usando o sumário ou folheando o livro.

QRcode

Estes códigos quando escaneados com um celular apresentam um link para acesso a conteúdos extras via internet.

No início de cada capítulo um QRCode dá acesso um vídeo de apresentação do capítulo gravado pelo próprio autor.

Em outras partes estes códigos apresentam conteúdos relacionados aos casos concretos e outras fontes de informações complementares.

Quadro de resumo das evidências

No início de cada programa há um quadro de resumo que apresenta a descrição do principal problema que busca enfrentar, sua efetividade, a qualidade das evidências já produzidas e a força de impacto de sua aplicação.

Programas com diferentes tipos de aplicação para enfrentar um mesmo problema

No início de cada programa há um quadro de resumo que apresenta a descrição do principal problema que busca enfrentar, sua efetividade, a qualidade das evidências já produzidas e a força de impacto de sua aplicação.

PROGRAMA - 8.2.1 O modelo risco-necessidade-responsividade (RNR)

Problema: Reincidência criminal		
Tipo de Aplicação: Programas sem o modelo RNR		
Efetividade	Força de impacto	Qualidade das evidências
<p>Não funciona</p>	<p>Sem impacto</p>	<p>Muito Forte</p>
Tipo de Aplicação: Programas como modelo RNR		
Efetividade	Força de impacto	Qualidade das evidências
<p>Funciona</p>	<p>Muito Alto</p>	<p>Muito Forte</p>

Os autores⁸ apresentaram, pela primeira vez, um modelo de tratamento penal baseado em evidências que apontava de forma objetiva a relação entre as características pessoais e as características dos programas, permitindo um aprimoramento gradual do conhecimento sobre o que funciona e para quem funciona.

O modelo de tratamento penal estava baseado na resposta a três questões fundamentais:

1. qual o perfil de risco da pessoa para quem o programa era direcionado;
2. quais as necessidades criminógenas específicas dessa pessoa;
3. de que forma esse programa deveria ser aplicado segundo a identidade cultural e as habilidades de cada pessoa.

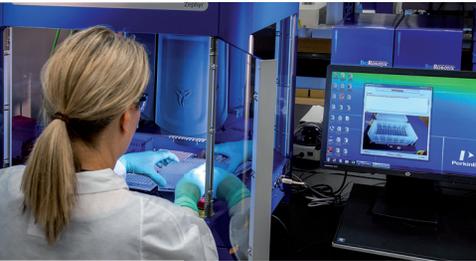
Andrews e Bonta⁹ deram a esse modelo o nome de “risco-necessidade-responsividade” ou, simplesmente, modelo RNR, cujas características constam do quadro a seguir.

Esquema 8.2. Aspectos que influenciam na Qualidade das evidências dos programas de redução da reincidência segundo as evidências.





Sumário



CAPÍTULO

1



A revolução das evidências / 33

A revolução das evidências na
segurança pública / 67

CAPÍTULO

2



CAPÍTULO

3



A revolução das evidências na
segurança pública brasileira / 91

Princípios da segurança pública
baseada em evidências (SBPE) / 115

CAPÍTULO

4



CAPÍTULO

5



Prevenção social / 149

Prevenção situacional e
prevenção através do desenho
urbano e ambiental / 297

CAPÍTULO

6

■■■■■■■■



CAPÍTULO

7

■■■■■■■■

Policiamento / 359

Justiça e redução da
reincidência criminal / 489

CAPÍTULO

8

■■■■■■■■



CAPÍTULO

9

■■■■■■■■

Violência contra a mulher / 597

Violência policial, racismo e
legitimidade policial / 689

CAPÍTULO

10

■■■■■■■■



Síntese de indicadores dos programas,
índices de programas, de evidências e de casos concretos / 781

Sumário detalhado

Prefácio.....	21
Apresentação	23
Introdução.....	29

PARTE 1 – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

1 A revolução das evidências 33

1.1 Introdução	35
1.2 Políticas públicas baseadas em evidências	40
1.3 O que são evidências para as políticas baseadas em evidências	45
1.4 Tipos de evidências mais usados na segurança pública baseada em evidências.....	47
1.4.1 Avaliações de programas	47
1.5 Estudos para avaliar o impacto de um programa: experimentos e quase-experimentos.....	49
1.5.1 Experimentos randomizados controlados.....	53
1.5.2 Estudos experimentais não randomizados ou quase-experimentos.....	54
1.6 Estudos para sistematizar evidências: as revisões sistemáticas	55
1.6.1 Estudos para sintetizar quantitativamente diversos estudos: a metanálise	59
1.7 Ferramentas para traduzir e difundir evidências: os portais e os mapas de evidências	61
1.7.1 Os portais de evidências.....	61
1.7.2 Os mapas de evidências (<i>Evidence Gap Maps</i>)	62
1.8 As limitações das evidências de efetividade na prevenção à violência.....	63
Conclusão	64
Notas.....	65

2 A revolução das evidências na segurança pública 67

2.1 O modelo tradicional de segurança pública	69
2.1.1 A crise do modelo tradicional	70
2.2 A primeira onda da Revolução das Evidências na segurança pública	72
2.3 A segunda onda da Revolução das Evidências na segurança pública: revisões sistemáticas e institucionalização	76
2.4 A terceira onda: a institucionalização da segurança pública baseada em evidências e os Portais de Evidências	80
2.4.1 <i>What Works Centre for Crime Reduction</i> (Centro O que Funciona na Redução do Crime)	81
2.4.2 <i>Crime Solutions</i> (Soluções para o Crime)	81
2.4.3 <i>Washington State Institute for Public Policy</i> (Instituto de Políticas Públicas do Estado de Washington)	82
2.4.4 <i>Blueprints Programs</i> (“Para o desenvolvimento saudável da juventude”)	82

2.4.5 Plataforma de Evidências em Segurança Cidadã e Justiça.....	83
2.5 A Revolução das Evidências em segurança pública na América Latina.....	83
2.6 Linha do tempo internacional.....	86
Conclusão	87
Notas.....	88

3 A revolução das evidências na segurança pública brasileira 91

3.1 Introdução	93
3.2 O Brasil violento	94
3.3 O que produzimos de evidências até agora no Brasil?	97
3.3.1 Metodologia da Revisão Sistemática Brasil	98
3.3.2 Resultados da Revisão Sistemática Brasil.....	102
3.3.3 Linha do tempo do lançamento dos programas incluídos na Revisão Sistemática Brasil.....	103
3.3.3.1 A produção de evidências no tempo	103
3.3.4 Língua da publicação	104
3.3.5 Área dos autores.....	104
3.3.6 Revisão Sistemática Brasil x Relatório Maryland.....	104
3.3.7 Instância administrativa da intervenção.....	106
3.4 Análise de convergência entre as evidências nacionais e as internacionais	106
3.5 Análise dos princípios da segurança pública baseada em evidências	107
3.6 O que apontam as evidências.....	107
3.7 Outras experiências relevantes no Brasil	110
3.7.1 Os três programas-piloto pioneiros no Brasil.....	111
3.7.2 O Experimento Piá	111
3.7.3 O experimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) em São Paulo	112
Conclusão	112
Notas.....	113

4 Princípios da segurança pública baseada em evidências (SPBE) 115

4.1 Introdução	117
4.2 Princípio da proatividade.....	118
4.3 Princípio do foco	121
4.3.1 Foco territorial	123
4.3.2 Foco em criminosos altamente reincidentes e violentos	127
4.3.3 Foco na vitimização.....	129
4.3.4 Deslocamento criminal ou difusão do efeito preventivo	130
4.4 Princípio da integração	132
4.5 Princípio da legitimidade social	137
4.6 Princípio da precaução	138
Conclusão	143
Notas.....	144

PARTE 2 – O QUE FUNCIONA E O QUE NÃO FUNCIONA PARA REDUZIR A VIOLÊNCIA

5 Prevenção social	149
5.1 Introdução	151
5.1.1 <i>Chicago Area Project – CAP</i> (Projeto de Área de Chicago)	152
5.1.2 <i>Perry PreSchool Project</i> (O Experimento da Pré-Escola Perry)	153
5.1.3 Ciência da prevenção e sua institucionalização	154
5.2 Fatores de risco e fatores de proteção	155
5.2.1 O modelo ecológico de fatores de risco e fatores de proteção	155
5.2.2 Os estudos longitudinais sobre fatores de risco e fatores de proteção.....	157
5.2.3 Classificação dos fatores de risco.....	161
5.3 Classificação dos programas de prevenção.....	163
5.3.1 Em relação ao público, local de aplicação e objetivos	163
5.3.2 Em relação ao nível de risco.....	163
5.4 Características e gestão dos programas de prevenção social que funcionam	164
5.5 Programas de prevenção à violência	167
5.5.1 Programas de prevenção social à violência e programas de desenvolvimento social	167
5.5.2 PROGRAMA - Programas de transferência de renda.....	168
5.6 Programas familiares	171
5.6.1 Prevenção e redução de riscos da gravidez na adolescência.....	173
5.6.1.1 PROGRAMA - Programas para prevenir gravidez na adolescência	174
5.6.1.2 PROGRAMA - Programas para reduzir o abandono escolar de mães adolescentes	175
5.6.1.3 PROGRAMA - Programas de formação parental para mães adolescentes.....	176
5.6.2 PROGRAMA - Programas de visitação familiar durante a primeira infância.....	177
5.6.3 PROGRAMA - Programas de formação parental	181
5.6.3.1 PROGRAMA - Programas de formação parental para homens	184
5.6.4 PROGRAMA - Programas familiares para jovens com problemas de comportamento.....	187
5.7 Programas escolares de prevenção da violência	191
5.7.1 A prevenção geral da educação	191
5.7.1.1 PROGRAMA - Nível educacional	192
5.7.1.2 PROGRAMA - Aumento do tempo na Escola	198
5.7.1.3 PROGRAMA - Programas de abertura das escolas nos finais de semana	200
5.7.1.4 PROGRAMA - Programas para reduzir o abandono escolar.....	202
5.7.2 Metodologias de prevenção � violência aplicadas nas escolas.....	205
5.7.2.1 PROGRAMA - Programas em Escolas de Ensino Infantil	209
5.7.2.2 PROGRAMA - Programas de aprimoramento comportamental e do autocontrole até os 10 anos	214
5.7.2.3 Programas Escolares de Prevenção ao Uso de álcool e outras drogas	217
5.7.2.3.1 PROGRAMA - #Tamojunto	219
5.7.2.3.2 PROGRAMA - Programa Educacional de Resistência �s Drogas e � Violência (Proerd)....	221
5.7.2.3.3 A “Guerra das Evidências” sobre o Proerd.....	222
5.7.2.4 PROGRAMA - Programas de educação socioemocional (<i>Social Emotional Learning</i>)	230
5.7.2.5 PROGRAMA - Programas <i>antibullying</i>	238
5.7.2.6 PROGRAMA - Programas Anti <i>Cyberbullying</i>	242
5.8 Outras práticas de prevenção através do desenvolvimento individual	243
5.8.1 PROGRAMA - Meditação (<i>mindfulness</i>)	244
5.8.2 PROGRAMA - Prática de esportes	246
5.8.3 PROGRAMA - Prática de artes marciais e esportes de combate	250

5.8.4 PROGRAMA - Mentoria.....	253
5.8.5 PROGRAMA - Terapias cognitivo-comportamentais	255
5.9 Prevenção comunitária	261
5.9.1 PROGRAMA - Programas comunitários de prevenção à violência de primeira geração.....	262
5.9.2 PROGRAMA - Programas comunitários de segunda geração	267
5.9.2.1 Programas sobre gangues e facções	272
5.9.2.2 PROGRAMA - Desligadores de violência (<i>Cure Violence</i>).....	279
Conclusão	284
Notas.....	285

6 Prevenção situacional e prevenção através do desenho urbano e ambiental.. 297

6.1 Introdução	299
6.2 Prevenção situacional.....	300
6.3 Prevenção através do desenho urbano e ambiental (CPTED).....	305
6.4 Programas de prevenção situacional e prevenção através do desenho urbano e ambiental (CPTED)	315
6.4.1 PROGRAMA - Melhoria na segurança de residências	316
6.4.2 PROGRAMA - Melhorias na segurança de lojas	320
6.4.3 PROGRAMA - Fechamento de ruas (<i>cul-de-sac</i>).....	322
6.4.4 PROGRAMA - Emprego de vigilantes privados em áreas públicas	324
6.4.5 PROGRAMA - Iluminação pública.....	328
6.4.6 PROGRAMA - Instalação de portões de acesso em becos e loteamentos.....	331
6.4.7 PROGRAMA - Programa de recuperação de terrenos baldios	332
6.4.8 PROGRAMA - Áreas verdes (parques e praças).....	335
6.4.9 PROGRAMA - <i>Business improvement district</i> – BID (Área de melhoria para negócios)	337
6.4.10 PROGRAMA - Concentração e desconcentração de moradias populares: Condomínios de prédios populares e Aluguel Social	339
6.4.11 PROGRAMA - Programas urbanísticos de grande porte em comunidades vulneráveis.....	344
6.4.12 Prevenção de violência em jogos de futebol.....	349
Conclusão	353
Notas.....	354

7 Policiamento..... 359

7.1 Observações iniciais	361
7.2 Introdução	362
7.2.1 Como as evidências sobre policiamento são apresentadas ao longo do livro.....	364
7.3 Duas crenças simplistas derrubadas: apenas aumentar o número de policiais x eliminar a polícia.....	365
7.3.1 PROGRAMA - A saída da polícia das ruas	366
7.3.2 PROGRAMA - O aumento do efetivo das polícias	367
7.4 Gestão do policiamento	370
7.4.1 PROGRAMA - Policiamento orientado à solução de problemas (POSP).....	372
7.4.2 PROGRAMA - Análise criminal	375
7.4.3 PROGRAMA - O CompStat.....	380
7.4.4 PROGRAMA - Gestão por resultados no Brasil.....	383
7.4.5 PROGRAMA - Observatórios de Segurança Pública	389

7.4.6 PROGRAMA - Policiamento preditivo	391
7.5 Estratégias de policiamento	395
7.5.1 PROGRAMA - Policiamento comunitário	396
7.5.2 PROGRAMA - Policiamento de proximidade.....	403
7.5.3 Policiamento com foco em pequenos delitos e ordem pública (Estratégia Janelas Quebradas) ...	407
7.5.3.1 Origens do Policiamento Janelas Quebradas	408
7.5.3.2 A experiência do Policiamento Janelas Quebradas em Nova York.....	411
7.5.3.2.1 A experiência do metrô (1991-1992).....	411
7.5.3.2.2 A experiência do Policiamento Janelas Quebradas na cidade de Nova York.....	412
7.5.3.2.3 Contestações e efeitos colaterais da aplicação do Policiamento Janelas Quebradas em Nova York	414
7.5.3.3 PROGRAMA - Policiamento Janelas Quebradas utilizando solução de problemas.....	416
7.5.3.4 PROGRAMA - Policiamento Janelas Quebradas implantado com Tolerância Zero	418
7.5.6 PROGRAMA - Policiamento em pontos quentes (<i>Hot Spot Policing</i>)	420
7.5.6.1 O experimento de Kansas City	422
7.5.6.2 A descoberta dos pontos quentes	424
7.5.6.3 Como atuar sobre um ponto quente	426
7.5.7 Dissuasão focada	433
7.5.7.1 PROGRAMA - O modelo tradicional de policiamento contra grupos ou indivíduos violentos ..	435
7.5.7.2 PROGRAMA - Dissuasão Focada sobre grupos violentos (<i>Group Violent Intervention – GVI</i>).....	436
7.5.7.3 PROGRAMA - Dissuasão Focada sobre indivíduos altamente violentos	444
7.5.7.4 PROGRAMA - Dissuasão Focada sobre mercado de drogas.....	444
7.5.7.5 Dissuasão Focada sobre violência contra a mulher	445
7.5.8 Policiamento com foco em armas de fogo	446
7.5.8.1 A estratégia das armas de Nova York	447
7.5.9 PROGRAMA - Vigilância entre vizinhos (<i>neighbourhood watch</i>)	449
7.6 Técnicas de investigação policial e perícia forense	452
7.6.1 Taxas de resolução de crimes.....	453
7.6.2 Investigação baseada em evidências	454
7.6.3 PROGRAMA - Métodos de interrogatório	462
7.6.4 PROGRAMA - DNA.....	464
7.7 Tecnologias de monitoramento urbano	467
7.7.1 PROGRAMA - Videomonitoramento	468
7.7.2 PROGRAMA - Leitores de placas	474
7.7.3 Audiomonitoramento de disparos de armas de fogo.....	475
Notas.....	481

8 Justiça e redução da reincidência criminal 489

8.1 Introdução	491
8.2 O nascimento do tratamento penal baseado em evidências.....	493
8.2.1 PROGRAMA - O modelo risco-necessidade-responsividade (RNR).....	497
8.2.2 Princípio do risco.....	499
8.2.3 Princípio da necessidade	502
8.2.3.1 Fator criminógeno do uso de drogas.....	506
8.2.3.2 Fator criminógeno da impulsividade	507
8.2.3.3 Fator criminógeno do pensamento disfuncional	508
8.2.3.4 Fator criminógeno de pares antissociais	509
8.2.4 Princípio da responsividade	510
8.2.4.1 Legitimidade e procedimento justo dentro das prisões	512

8.2.5 Instrumentos de avaliação de risco.....	513
8.3 Políticas criminais e programas para a redução da reincidência de adolescentes	521
8.3.1 Tipos de intervenções	523
8.3.2 PROGRAMA - Primeiro contato com o Sistema de Justiça Juvenil	525
8.3.3 PROGRAMA - Programas de redirecionamento de adolescentes	527
8.3.4 PROGRAMA - Programas de simulação de aprisionamento (<i>scared straight</i>)	530
8.3.5 PROGRAMA - Restrição de liberdade – medida de internação.....	531
8.3.6 PROGRAMA - Redução da maioridade penal.....	534
8.3.7 PROGRAMA - Programas de campos de treinamento forçado (<i>Boot Camps</i>)	538
8.3.8 PROGRAMA - Programas na natureza (<i>wilderness camps</i>).....	539
8.3.9 Programas para jovens com alto risco para crimes violentos.....	540
8.3.9.1 PROGRAMA - Terapia Multissistêmica (<i>Multisystemic Therapy</i>)	542
8.3.9.2 PROGRAMA - Terapia de funcionamento familiar (<i>Functional Family Therapy – FFT</i>)	546
8.4 Políticas criminais e programas para a redução da reincidência de adultos	548
8.4.1 Aprisionamento	549
8.4.1.1 Efeitos colaterais do aprisionamento.....	550
8.4.1.2 PROGRAMA - Efeitos do encarceramento em massa sobre as taxas de criminalidade	551
8.4.1.3 PROGRAMA - Prisão curta ou prisão longa	555
8.4.1.4 PROGRAMA - Visitação para os presos	556
8.4.2 Programas de redu�o da reincidência dentro de prisões	558
8.4.2.1 PROGRAMA - Programas de Terapia Cognitivo-Comportamental para presos.....	558
8.4.2.2 PROGRAMA - Programas educacionais	562
8.4.2.3 PROGRAMA - Prisões com indústrias	565
8.4.2.4 PROGRAMA - Medita�o nas prisões	566
8.4.2.5 PROGRAMA - Programas religiosos	567
8.4.2.6 PROGRAMA - Entrevistas motivacionais	571
8.4.3 Programas para egressos do sistema prisional	573
8.4.3.1 PROGRAMA - Programas de empregabilidade para egressos.....	573
8.4.3.2 PROGRAMA - Programas de reentrada.....	575
8.4.4 Alternativas ao aprisionamento.....	578
8.4.4.1 PROGRAMA - Agentes de condicional.....	578
8.4.4.2 PROGRAMA - Monitoramento eletr�nico de presos (tornozeleira eletrônica)	580
8.4.4.3 PROGRAMA - Corte de Drogas.....	582
8.4.4.4 PROGRAMA - Justiça restaurativa	585
Conclusão	588
Notas.....	589

9 Violência contra a mulher..... 597

9.1 Introdu�o	599
9.2 Fatores de risco.....	604
9.2.1 Frequência e concentra�o da violência contra as mulheres	607
9.3 Programas de preven�o � violência contra as mulheres.....	609
9.3.1 Prevenir	611
9.3.1.1 PROGRAMA - Programas de educa�o socioemocional aplicados em escolas.....	612
9.3.1.2 PROGRAMA - Programas escolares para reduzir a violência entre namorados e violência sexual na adolescência	613
9.3.1.3 PROGRAMA - Programas de treinamento de espectadores (<i>bystanders</i>) de episódios de agressão sexual	615

9.3.1.4 PROGRAMA - Treinamento de autodefesa para mulheres	618
9.3.1.5 PROGRAMA - Campanhas de mídia	620
9.3.1.6 PROGRAMA - Programas de mobilização comunitária em relação à violência contra as mulheres.....	622
9.3.1.7 PROGRAMA - Programas de prevenção à violência nos locais de trabalho	625
9.3.1.8 PROGRAMA - Programas de transferência de renda	626
9.3.1.9 PROGRAMA - Reduzir o acesso ao álcool.....	629
9.3.2 Identificar.....	629
9.3.2.1 PROGRAMA - Uso de formulários baseados em evidências para avaliação de risco de violência contra a mulher	630
9.3.2.2 PROGRAMA - Identificação de violência no sistema de saúde	635
9.3.3 Responder.....	637
9.3.3.1 PROGRAMA - Lei Maria da Penha	637
9.3.3.2 PROGRAMA - Comissões multidisciplinares para análise de casos graves.....	640
9.3.3.3 PROGRAMA - Programas de suporte e empoderamento psicológico de mulheres vítimas de agressão.....	643
9.3.3.4 PROGRAMA - Programas de empoderamento econômico e social	644
9.3.3.5 PROGRAMA - Câmeras de corpo utilizadas por policiais em atendimentos de violência contra as mulheres.....	646
9.3.3.6 PROGRAMA - Patrulha Maria da Penha (programa de visita a mulheres vítimas de violência)..	648
9.3.3.7 PROGRAMA - Atendimento de vítimas de estupros por enfermeiras especializadas	651
9.3.4 Ações voltadas para os homens agressores.....	652
9.3.4.1 PROGRAMA - Delegacias da Mulher	652
9.3.4.2 PROGRAMA - Perícia na violência contra as mulheres	654
9.3.4.3 PROGRAMA - Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	655
9.3.4.4 PROGRAMA - Prisão do agressor.....	656
9.3.4.5 PROGRAMA - Dissuasão focada voltada para a redução da violência contra a mulher	660
9.3.4.6 PROGRAMA - Proibição de porte de armas de fogo para homens agressores.....	663
9.3.4.7 PROGRAMA - Medida protetiva	665
9.3.4.8 PROGRAMA - Tornozeleira eletrônica.....	666
9.3.4.9 Tratamento para homens agressores	666
9.3.4.9.1 PROGRAMA - Terapia cognitivo-comportamental para homens agressores.....	668
9.3.4.9.2 PROGRAMA - Programa Duluth.....	671
9.3.4.9.3 PROGRAMA - Terapia de casais	673
9.3.4.9.4 PROGRAMA - Programas voltados para o consumo abusivo de álcool	676
9.3.4.9.5 PROGRAMA - Terapia cognitivo-comportamental e outros tratamentos para criminosos sexuais	677
Conclusão	679
Notas.....	682

10 Violência policial, racismo e legitimidade policial 689

10.1 Introdução	691
10.2 Indicadores sobre racismo e violência policial	693
10.2.1 Incidência de uso da força e número de policiais violentos	694
10.3 A violência contra pessoas negras.....	696
10.4 Algumas consequências da violência e do racismo policial	699
10.4.1 Consequências psicológicas da violência policial.....	699
10.4.2 A desproteção de comunidades e grupos vulneráveis	700
10.4.3 A violência policial como fator de risco para a violência	700

10.5 Fatores de risco.....	703
10.5.1 Fatores de risco individuais.....	703
10.5.2 Fatores de risco institucionais: de maçãs para o cesto	704
10.6 As evidências sobre o que funciona, o que não funciona e o que piora o racismo e o uso abusivo da força policial	706
10.6.1 Formação	709
10.6.1.1 PROGRAMA - Treinamento contra racismo implícito para policiais	710
10.6.1.1.1 Como medir o racismo implícito	711
10.6.1.1.2 O impacto do cansaço dos policiais.....	713
10.6.1.1.3 Programas contra o racismo implícito	713
10.6.1.2 PROGRAMA - Procedimento justo.....	716
10.6.1.2.1 Dimensões do procedimento justo.....	717
10.6.1.2.2 Ações internas para o fortalecimento do procedimento justo	719
10.6.1.3 PROGRAMA - Técnicas de desescalada de comportamento agressivo	723
10.6.2 Fortalecimento do controle	727
10.6.2.1 PROGRAMA - Câmeras de corpo	728
10.6.2.2 PROGRAMA - Agências de supervisão civil independentes.....	735
10.6.2.3 PROGRAMA - Normas de regulação do uso da força	736
10.6.2.4 PROGRAMA - Transparência sobre uso da força	738
10.6.2.5 PROGRAMA - Obrigatoriedade de registrar todas as vezes que um policial aponta a arma para um cidadão	742
10.6.2.6 PROGRAMA - Proibir estrangulamento	743
10.6.3 Doutrina	744
10.6.3.1 Estratégias de policiamento	745
10.6.3.1.1 PROGRAMA - Policiamento de proximidade em comunidades vulneráveis – Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)	746
10.6.3.1.2 PROGRAMA - Revistas policiais (<i>stop, ask and frisk</i>)	751
10.6.3.1.3 PROGRAMA - Uso de algoritmos preditivos no policiamento	754
10.6.3.2 PROGRAMA - Equipes de Atendimento de Emergências de Saúde Mental e situações não violentas	757
10.6.4 Repressão a policiais violentos	760
10.6.4.1 PROGRAMA - Sistemas de alerta precoce de comportamento violento	760
10.6.5 Armamentos de baixa letalidade	762
10.6.5.1 PROGRAMA - Gases químicos irritantes: <i>spray</i> de pimenta e gás lacrimogêneo	762
10.6.5.2 PROGRAMA - Balas de borracha e outros armamentos com projéteis de impacto	765
10.6.5.3 PROGRAMA - Armas de condução elétrica (ACE)	766
10.6.5.3.1 Conclusões sobre ACE	769
Conclusão	770
Notas.....	772
Síntese de indicadores dos programas, índices de programas, de evidências e de casos concretos	781

Prefácio

Este livro cumpre todas as condições para tornar-se um clássico da segurança pública no Brasil e, quando traduzido ao espanhol, também na América Latina. A razão é simples: o livro responde à pergunta mais importante da nossa área, e faz isso da forma provavelmente mais profunda, abrangente, inteligente e útil das últimas décadas.

Há mais de quinze anos trabalho na segurança pública na América Latina, primeiro no Banco Mundial e agora no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), procurando ajudar os governos da região a melhorarem suas políticas de segurança pública e justiça. A grande pergunta que consome a todos é: *o que fazer para reduzir a criminalidade, a violência e o medo no Brasil e na América Latina de forma efetiva, sustentável e democrática?*

A resposta do livro: adotar o paradigma da segurança pública baseada em evidências, trazer o método científico para atacar com inteligência, com análises empíricas rigorosas, cada um dos desafios que enfrentamos na nossa área. Tais medidas parecem simples, mas não são. Requerem mudar o ponto de partida de qualquer discussão de política pública, trocando a ideologia, a opinião, ou a tradição pelo consenso científico sobre a forma mais efetiva de abordar o problema. E é aí que vem a grande contribuição do livro: resumir o consenso científico que existe no mundo sobre o que funciona e não funciona para prevenir a violência contra crianças e jovens, contra as mulheres, contra cidadãos que caminham nas ruas das cidades – e tantos outros problemas que afligem a segurança pública no Brasil.

Vários adjetivos ajudam a entender a importância deste livro. Seguem alguns destacáveis.

O livro é generoso. O autor fez um esforço gigantesco, de “garimpeiro”, processando milhares de avaliações de impacto do mundo inteiro para poder peneirar as “pepitas de ouro” desse conhecimento, a fim de permitir que possamos absorver em algumas horas de leitura um conhecimento que ele levou mais de cinco anos de trabalho para compilar, com o objetivo de ajudar que precisa tomar decisões nessa área. Ao invés de se preocupar em trazer as suas opiniões pessoais, o livro traz as conclusões de centenas de revisões sistemáticas que contém milhares de avaliações de impacto de programas que tentaram prevenir ou reduzir o crime, a violência e o medo.

É um livro esperançoso. Nós que trabalhamos na segurança pública caímos, muitas vezes, na desesperança e na frustração, abrumados pela complexidade dos desafios enfrentados, assombrados pelo sofrimento e a escuridão da alma humana refletidos nos atos de violência aos quais assistimos diariamente. Este livro não acredita que exista uma “bala de prata” ou uma varinha mágica para resolver tais problemas, mas, sim, que existem múltiplos *cases* de sucesso no Brasil e no mundo que podem servir de inspiração para uma ação mais qualificada e mais efetiva. A segurança pública baseada em evidências não tem todas as respostas, mas tem o melhor método para chegar a elas: essa certeza é a luz no final do túnel, a tônica de otimismo de que é possível realizar uma virada rumo a um modelo mais efetivo de ação.

O livro é prático. Na criminologia brasileira e latino-americana, é muito comum ver análises sobre os fatores estruturais, macro, que influenciam a criminalidade e a violência.

Esse conhecimento é muito valioso, mas não nos ajuda a decidir “o que fazer aqui e agora”. Nosso setor não vai eliminar a pobreza, nem a desigualdade, nem o patriarcado. Mas pode, sim, reduzir a quantidade de crianças espancadas por seus pais, de mulheres assassinadas por seus parceiros, de jovens envolvidos em facções – e tantos outros problemas. Nesta obra, você vai encontrar os melhores tipos de programas que existem no Brasil e no mundo sobre como fazer isso. São intervenções concretas que podem ser implementadas por um diretor de escola ou uma ONG, um comandante de um batalhão ou um delegado, um juiz ou um procurador, o secretário estadual ou municipal de segurança pública ou de justiça.

Trata-se de um livro amigável e didático. Um desafio grande que esta obra consegue superar exitosamente é como comunicar um conteúdo que pode ser muito técnico e “áspero” de uma forma acessível e cativante para públicos variados. O leitor vai aprendendo de um jeito leve, cativante, com muitas histórias, ilustrações, curiosidades e casos concretos que dão vida aos conceitos e aos tipos de programas apresentados. Os primeiros três capítulos do livro também fazem uma introdução maravilhosa ao movimento da segurança pública baseada em evidências, assim como as técnicas e o marco analítico que o definem e sua aplicação no Brasil.

Todas as academias de polícia deveriam adotar este livro nos cursos de formação e aperfeiçoamento de polícia; igualmente, as academias do sistema penitenciário e qualquer outra instância de formação e treinamento em segurança pública ou outras áreas, como psicologia, educação e urbanismo, entre tantas outras.

É um livro “mágico”. “Mágica” não é uma palavra que tendemos a associar com a ciência; mas o conhecimento científico pode gerar a mesma sensação que temos quando assistimos a um truque de mágica: o “*aha!*” de descobrir um mundo novo, cuja existência sequer tínhamos notado, um mundo que consegue resolver coisas que achávamos não serem passíveis de solução. Para que a mágica das “evidências científicas” funcione, são necessárias duas condições básicas: curiosidade e coragem. Se você acha que já tem todas as respostas para os desafios da segurança pública, não precisa deste livro; mas, se você entende que o crime, a violência e o medo são problemas complexos que precisam de abordagens científicas profundas, rigorosas, então chegou ao lugar certo. Quanto mais coragem você tiver de abraçar o método da ciência, maior proveito vai tirar da mágica desta obra.

Por tudo isso, esse livro se tornará um clássico. Tenho andado muito pelo Brasil e pelo continente todo; sempre encontro policiais, secretários de segurança pública, lideranças comunitárias e de ONGs, gestores do sistema de justiça criminal com sede e coragem de experimentar, de conhecer e de implantar programas que funcionem. Nos últimos quatro anos trabalhando no Brasil, tive a oportunidade de me beneficiar diretamente do conteúdo deste livro (que me foi antecipado) e de observar seu potencial na prática.

Aproveitando a generosidade do autor, utilizamos muitas das ideias que aqui se encontram para apoiar nosso diálogo com parceiros da área de segurança. E consegui ver como essas ideias geram o “brilho nos olhos” dos que procuram respostas inteligentes.

O autor deve ser parabenizado pela ambição e pelo esforço que este livro representa: uma verdadeira “enciclopédia do que funciona e não funciona na segurança pública” e que com certeza será o que os norte-americanos chamam de “*game changer*”, capaz de mudar a visão com que a Segurança Pública é pensada e feita no Brasil e no continente.

Rodrigo Serrano-Berthet

Especialista Principal em Segurança Cidadã e Justiça do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Apresentação

Este livro foi pensado nas suas especificidades de modo a oferecer ao público o melhor e mais atualizado conhecimento disponível no Brasil e no mundo sobre as evidências do que funciona e do que não funciona para reduzir a violência.

O objetivo é suprir uma carência de obras de referência na área do conhecimento que tem sido chamada de “criminologia experimental” ou “prevenção ao crime baseada em evidências” (*Crime Prevention Evidence Based*). Atualmente, são desta área os conteúdos centrais que compõem tanto os currículos das faculdades de criminologia dos EUA e da Europa quanto os cursos de formação de grandes polícias do mundo. Além disso, a prevenção ao crime baseada em evidências serve hoje como referência aos planos nacionais de segurança de grande parte dos países desenvolvidos e cada vez mais para os países da América Latina, como Chile e Colômbia, além de orientar as ações de muitas cidades que têm conseguido vencer a violência.

O foco principal deste livro é apresentar tipos de soluções que possuem evidências científicas consistentes sobre sua efetividade para prevenir a violência e, ao mesmo tempo, identificar as soluções que devem ser evitadas pois foram testadas e não se comprovaram efetivas ou, pior, provocaram efeitos colaterais indesejáveis.

A escolha por esse tipo de evidência segue o que vem sendo utilizado pelo movimento de segurança pública baseada em evidências (SPBE) em todo o mundo objetivando tentar melhorar a qualidade das políticas públicas dessa área, uma vez que esses estudos produzem resultados quantificáveis que são melhor compreendidos e comparáveis.

Essa escolha, de forma alguma, desconsidera a relevância de diferentes tipos de evidências científicas, qualitativas ou quantitativas, nem pressupõe que tais estudos sejam infalíveis ou até mesmo suficientes para construir uma política pública. Mais que o ponto final, eles procuram ser um ponto de partida, uma referência inicial para a construção de melhores políticas públicas para prevenir a violência. Essas políticas devem ser complementadas por análises éticas, jurídicas, econômicas, morais e ideológicas, que compõem o processo de tomada de decisões das democracias.

Também é importante destacar que existem outras estratégias na área de segurança pública e de prevenção à violência que não são examinadas neste trabalho. Aqui, apresentam-se os principais tipos de programas que já tiveram diversas avaliações de impacto, cujos resultados foram sintetizados por meio do procedimento científico conhecido como revisão sistemática – considerada o melhor nível de evidência possível – e, ainda, preferencialmente, que tenham sido avaliados pelos grandes portais de evidência do mundo: *Campbell Collaboration*, *Crime Solutions* e/ou *What Works for Crime Reduction*. Mas esse processo resultou num conjunto de evidências majoritariamente de EUA, Inglaterra e alguns poucos países do mundo, que concentram mais de 90% da produção de evidências na área. Para superar esse “vazio”, realizamos uma revisão sistemática com o objetivo de identificar o maior número de avaliações que já tivessem analisado iniciativas para reduzir crimes violentos no Brasil. Após revisarmos mais

de 13 mil estudos, o resultado foi positivamente surpreendente, com a localização de mais de 100 avaliações já feitas no País, das quais 41 preencheram os critérios e foram incluídas – um número relevante, pois mostra que já temos evidências de boa qualidade produzidas aqui.

A primeira parte do livro tem caráter introdutório, trazendo a história de como as evidências vêm mudando o mundo, as políticas públicas, como essa revolução também chegou à segurança pública mundial e está começando no Brasil. Por fim, apresentamos uma síntese daquelas características mais importantes que têm sido encontradas nos programas que funcionam ao redor do Planeta (e também no Brasil), o que chamamos de princípios da segurança pública baseada em evidências.

A segunda parte apresenta algumas das principais estratégias de redução da violência atualmente empregadas no mundo, separadas em grandes áreas da SPBE: prevenção social, prevenção situacional e urbanismo, policiamento, justiça criminal e redução da reincidência; além de dois temas de grande relevância atualmente: a violência contra as mulheres e o uso abusivo da força; e o racismo. Cada uma dessas áreas começa a ser explorada com uma introdução aos principais conceitos respectivos e sua evolução histórica para, então, apresentarem-se as principais soluções, os “programas”. Cada um desses programas contém um rápido relato sobre seu surgimento e suas características, sugestões práticas para sua efetivação e a melhor evidência que encontramos, além de, pelo menos, um caso concreto da sua implementação, que já tenha sido avaliado com rigor.

Os programas são avaliados segundo a sua efetividade, a qualidade das evidências disponíveis e a força do seu impacto.

Fixamos parâmetros éticos para a inclusão de estratégias, definindo, preliminarmente, a exclusão de qualquer tipo de iniciativa que utilizasse violência física. Por esse motivo, não apresentamos dois tipos de intervenção no universo acessado: a pena de morte e a castração física. Da mesma forma, não trouxemos intervenções medicamentosas, sobre as quais não temos embasamento técnico suficiente.

Apresentamos em cada solução as evidências produzidas pelas mais recentes e abrangentes revisões sistemáticas que localizamos, dando preferência àquelas apresentadas pelos grandes portais de evidências do mundo, o que garante que a qualidade das evidências apresentadas é bastante consistente. Para uma análise científica mais detalhada e com precisão ainda maior, recomendamos a consulta a esses grandes portais, os quais possuem equipes de especialistas que analisam a qualidade de cada um dos estudos incluídos.

A opção por trazer uma visão abrangente sobre os principais programas impossibilita um aprofundamento técnico quanto às teorias que dão suporte a essas ações. Sugerimos, para tanto, a leitura das obras especializadas sobre cada tipo de programa ou, então, de obras de criminologia teórica, das áreas de sociologia e direito.

Esta é uma obra aberta e obrigatoriamente terá que se aperfeiçoar e se atualizar constantemente. Por isso, criamos um *e-mail* para receber críticas sobre equívocos que tenhamos cometido ou sugestões acerca de novos estudos que possam enriquecer futuras edições: <segurancaeevidencias@gmail.com>.

Estrutura do livro

A seguir, uma breve descrição de cada um dos dez capítulos, divididos em duas partes, que compõem esta obra. No início de cada capítulo, incluímos um *QR Code* que, se escaneado com um celular, indicará um *link* para um pequeno vídeo gravado por este autor com uma síntese do respectivo capítulo.

Parte 1 - Aspectos introdutórios

A revolução das evidências (capítulo 1): nesse capítulo, vamos conhecer como o uso de estudos científicos para avaliar o impacto de intervenções mudou a história da humanidade nos últimos 300 anos. Conheceremos o que são experimentos, quase experimentos e revisões sistemáticas, que vêm tendo um grande papel para sistematizar evidências e são a base de todo este livro.

A revolução das evidências na segurança pública (capítulo 2): aqui veremos como essa revolução chegou à segurança pública, na década de 1960, como foi amadurecendo com as primeiras revisões na década de 1990, as plataformas de evidências e sua institucionalização ao redor do mundo nos últimos vinte anos.

A revolução das evidências na segurança pública brasileira (capítulo 3): nessas páginas, veremos que evidências de qualidade já têm sido produzidas no Brasil ao avaliarmos diversos programas implementados no País. Conheceremos de forma detalhada como foi feita a revisão sistemática sobre o que funciona para reduzir crimes violentos no Brasil e os seus resultados.

Princípios da segurança pública baseada em evidências (SBPE) (capítulo 4): nesse capítulo, conheceremos as principais características comuns encontradas nos diferentes tipos de programas que vêm tendo sucesso para reduzir a violência, compreendo os princípios de proatividade, foco, integração, legitimidade e precaução.

Parte 2 - O que funciona e o que não funciona para reduzir a violência

Prevenção social (capítulo 5): esse capítulo reúne estratégias voltadas para o desenvolvimento de fatores protetivos desde a primeira infância, trazendo programas no ambiente familiar, nas escolas e nas comunidades, como programas de visita domiciliar, treinamento parental, programas *antibullying*, programas socioemocionais, cognitivo-comportamentais, programas para prevenção de álcool e drogas (como o Proerd) e programas de meditação, esportes, artes marciais, entre outros.

Prevenção situacional e prevenção através do desenho urbano e ambiental (capítulo 6): nesse capítulo, apresentamos as estratégias para redução da violência por meio da modificação de características ambientais e urbanísticas ou de circunstâncias que facilitem determinadas práticas criminais, tratando de segurança em residências, terrenos baldios e áreas verdes, iluminação pública, câmeras de videomonitoramento, entre outros aspectos.

Policiamento (capítulo 7): nesse capítulo, apresentamos as estratégias que têm como protagonistas as polícias, muitas vezes em parceria com os serviços urbanos e de fiscalização das

idades, ou com o Sistema de Justiça Criminal, analisando estratégias de policiamento ostensivo, de investigação e perícia, os programas de polícia comunitária, policiamento orientado para a solução de problemas, policiamento em pontos quentes, policiamento com foco em grupos violentos e com foco em armas de fogo, além de tecnologias como leitores de placa de carros e audiomonиторamento.

Justiça e redução da reincidência criminal (capítulo 8): nesse capítulo, apresentamos as evidências sobre o impacto de diferentes modelos judiciais, política criminal e, principalmente, relacionadas com a responsabilização de pessoas condenadas criminalmente, tanto para jovens quanto para adultos, com o objetivo de estimular a desistência criminal, através de programas dentro de instituições fechadas e/ou de penas alternativas.

Violência contra a mulher (capítulo 9): essa área traz programas voltados a prevenir a violência contra as mulheres, através de ações de prevenção, detecção e resposta, com foco nas mulheres vítimas ou nos homens agressores.

Violência policial, racismo e legitimidade policial (capítulo 10): essa área, mais relacionada ao policiamento, apresenta evidências de iniciativas voltadas a aprimorar a legitimidade, reduzir o uso abusivo da força e a letalidade das polícias contra grupos socialmente vulneráveis, especialmente em relação aos negros.

Aspectos da organização do livro

A partir de agora, apresentamos alguns aspectos centrais da organização do livro, para facilitar a compreensão das diferentes formas utilizadas na “tradução” do conhecimento à mais simples e direta compreensão possível.

Programas

Os programas são as diferentes soluções que já foram implementadas de forma concreta ao redor do mundo ou no Brasil e que já tiveram o seu impacto avaliado por estudos de alta qualidade metodológica. São apresentados ao longo dos capítulos da segunda parte do livro e seu título é sempre precedido da palavra **PROGRAMA**.

Quadro geral de avaliação das evidências

No início de cada programa, há um quadro de resumo que apresenta a descrição do principal problema que o programa busca enfrentar, sua efetividade, a qualidade das evidências já produzidas e a força de impacto que ele conseguiu produzir, de acordo com as evidências.

As categorias utilizadas são inspiradas na Escala Maryland [►2.3], embora algumas tenham sido adaptadas.

Cada categoria avaliada no quadro é apresentada com ícones de acordo com a seguinte classificação:

Efetividade

Esse indicador mostra se o programa atinge ou não os seus objetivos. A escala sobre a efetividade de um programa é composta de seis posições:

-  Funciona: quando o resultado da metanálise ou a maioria dos estudos encontrados numa revisão sistemática demonstram que o programa consegue provocar uma melhoria nos indicadores pretendidos.
-  Promissor: quando a solução possui apenas um estudo de alta qualidade ou estudos de baixa qualidade metodológica que encontram resultados positivos;
-  Não funciona: quando a metanálise ou a maioria dos estudos encontrados numa revisão sistemática encontram que a execução do programa não modificou a realidade;
-  Pode piorar: quando a solução possui apenas um estudo de alta qualidade ou estudos de baixa qualidade metodológica que encontram resultados negativos sobre o programa, demonstrando que a respectiva aplicação possivelmente agravou o problema;
-  Piora: quando o resultado da metanálise ou a maioria dos estudos encontrados numa revisão sistemática demonstram que o programa provocou uma piora nos indicadores avaliados, agravando o problema que deveria solucionar ou provocou outros problemas colaterais graves.
-  Indefinido: as evidências coletadas são insuficientes ou contraditórias para indicar a efetividade da aplicação do programa.

Força do impacto

Esse indicador refere-se ao quanto os programas conseguiram produzir de mudança nos indicadores, de acordo com a média produzida pelo conjunto das avaliações já feitas sobre esse tipo de ação.

Em geral, as revisões sistemáticas apresentam seus resultados numa unidade chamada “d de Cohen” ou em outras medidas de efeito utilizadas para comparação entre médias, que geralmente vão de 0 até 1, ou de 0 a -1, a depender do estudo. Com o objetivo de traduzir esse resultado a uma forma mais simples para o conjunto de leitores, adotamos uma escala com cinco posições:

-  Muito Alto: quando o programa provoca uma mudança acima de 30% ou de 0,3, com significância estatística;
-  Alto: mudança de até 30% ou de até 0,3;
-  Médio: mudança de até 20% ou 0,2;
-  Baixo: mudança de até 10% ou 0,1;
-  Sem impacto: quando o efeito é muito próximo de zero;
-  Indefinido: quando as evidências sobre uma determinada solução apontam em direções muito opostas e não é possível apresentar uma conclusão.

Qualidade da evidência

Esse indicador apresenta quão robustos foram os métodos científicos utilizados para produzir a evidência apresentada. Esta categoria é composta por cinco níveis:

-  Muito forte: Revisão sistemática com metanálise e com grupo de controle;
-  Forte: Revisão sistemática sem metanálise;

-  Médio: Revisão sistemática que não deixa claro se foram incluídos apenas estudos com grupo de controle e analisadas as respectivas metodologias;
-  Fraco: Existência de avaliações de impacto experimentais ou quase experimentais isoladas, sem revisão sistemática;
-  Muito fraco: Existência de avaliações de impacto de boa qualidade metodológica, mas que não foram experimentais ou quase experimentais.

Tipos de evidências

As informações sobre as evidências estão destacadas com uma tarja em seu título e um fundo colorido sob o texto. São três diferentes tipos de evidências:

As **evidências de tipo de programa**, em vermelho, mostram evidências sobre as experiências de aplicação em determinado programa.

As **evidências gerais**, em laranja, trazem evidências relevantes sobre estudos relacionados a fatores de risco, incidência de um determinado tipo de problema, entre outras informações relevantes.

As **evidências do caso concreto**, em roxo, reúnem informações produzidas por estudos em relação à aplicação concreta daquele programa ou ação que se apresentou no caso concreto.

Abrangência geográfica das evidências

Cada tipo de evidência (geral, de tipo de programa, do caso concreto) pode se referir a estudos ou casos concretos realizados em algum lugar do mundo. Sempre que a evidência conter o mapa do Brasil, refere-se a evidências produzidas em nosso país; as evidências dos outros países da América do Sul, da América Central e do México são identificadas com o **mapa da América Latina**, ao passo que as **evidências globais** são identificadas com um globo terrestre.

Este livro foi construído com muita dedicação e esforço ao longo de seis anos. Esperamos que a sua leitura possa auxiliar de forma prática e estimulante aqueles que estão formulando as políticas públicas, os que estão na linha de frente da luta contra a violência, os que estão pesquisando e todos os que se interessam pelo tema, de modo que possa ajudar na construção de soluções concretas e efetivas para reduzir a violência no nosso país. Nosso grande objetivo com esta obra é ajudar a salvar vidas e que possamos viver numa sociedade em que a violência seja apenas uma triste lembrança do nosso passado.

Introdução

Nos últimos 50 anos, o mundo viveu uma verdadeira revolução na prevenção da violência e da criminalidade. Aprendemos muito sobre o que causa esses comportamentos e sobre como preveni-los. E as evidências científicas foram o motor desse grande salto, com a construção da ciência da prevenção à violência.

Seguindo os avanços que já vinham ocorrendo em outras áreas, em especial na saúde, experimentos inovadores começaram a ser feitos ao redor do mundo para descobrir o que funciona e o que não funciona para vivermos numa sociedade com menos violência.

Milhares de experimentos depois, hoje acumulamos um conhecimento valioso que se tornou uma área do saber inovadora, formada pela soma de conhecimento de várias especialidades e que recebe diferentes nomes, como "criminologia experimental", "prevenção ao crime baseada em evidências" ou, como chamamos neste livro, em referência ao direito social inscrito em nossa Constituição Federal: "segurança pública baseada em evidências (SBPE)".

Esse conhecimento está servindo cada vez mais para governos, em todo o mundo, criarem políticas públicas efetivas e eficientes para prevenir a violência, através de diferentes programas com diferentes abordagens, atuando junto a famílias com bebês recém-nascidos, em comunidades e escolas, passando por ações de urbanismo, até estratégias inovadoras de policiamento e justiça criminal, uso de modernas tecnologias, chegando a programas para pessoas com intensa trajetória de criminalidade e comportamento violento.

Graças a esse desenvolvimento, muitos países e cidades do mundo alcançaram, nos últimos anos, os menores índices de violência de toda a história.

Porém, poucos lugares do mundo estiveram mais distantes dessa transformação do que o país em que vivemos. Ao longo desses mesmos 50 anos, o Brasil vive uma terrível epidemia de violência urbana, que já consumiu a vida de mais de 1,5 milhão de pessoas, em sua grande maioria jovens, que não tiveram a chance de construir sua vida.

Por aqui, ainda pensamos sobre como resolver essa pandemia com base em paixões ideológicas e crenças, que pouco ou nada contribuem para efetivamente resolvermos o problema, com ações inócuas ou que muitas vezes agravam essa grande tragédia nacional.

Apesar dos avanços no estudo sobre o problema da violência no País, a discussão sobre soluções avança a passos lentos, silenciada pela emergência cotidiana de episódios que superam qualquer peça de ficção.

Com este livro, espero ajudar a apresentar e disseminar essa “nova” forma de pensar soluções, seguindo os aprendizados da área da saúde, através da utilização das melhores evidências científicas disponíveis, que foram produzidas pelos esforços de milhares de profissionais da linha de frente, pesquisadores e gestores que tiveram coragem de buscar (e testar) novas alternativas.

Felizmente, o repertório de possibilidades disponíveis é muito grande. Em minha pesquisa de Doutorado, que fiz para complementar o livro, identifiquei que evidências nacionais têm

vido produzidas em quantidade e qualidade crescentes, mostrando que essa revolução das evidências na segurança já começa a chegar no país. Infelizmente isto ocorre muito mais por iniciativa de lideranças pioneiras e corajosas, do que por incentivos dos governos nacionais e estaduais.

Mas, de fato, muitas dessas possibilidades colidem com crenças, dogmas e formas de como lidar com a violência. Mas as evidências científicas vêm conseguindo superar grandes barreiras nos últimos séculos e têm conseguido ajudar a humanidade a superar grandes desafios; e por isso acredito que poderão ajudar também o Brasil a superar a violência.

Este livro está voltado para diferentes públicos que lidam com o tema da violência em diferentes ambientes e de diferentes formas: policiais e guardas municipais; e as demais carreiras que atuam no sistema prisional e na segurança pública; os profissionais do Ministério Público, do Judiciário e do Legislativo, responsáveis por pensar e implementar a política criminal do País. Mas o livro também é voltado para profissionais da educação, das diferentes áreas da saúde, da assistência social e, por que não, da cultura e do esporte. Ainda, para arquitetos e urbanistas, que pensam o desenvolvimento das cidades. Para jornalistas, que têm a grande responsabilidade de cobrir o tema. E, ainda para os milhares de pesquisadores da área e é claro, para todos os cidadãos que de alguma forma atuam para tentar construir um país menos violento e um futuro melhor para as próximas gerações.

PARTE 1

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS





VÍDEO DO
AUTOR



CAPÍTULO

1



A revolução das evidências





Você vai ler neste capítulo

- Como o uso de evidências científicas vem mudando o mundo.
- Como diferenciar uma evidência científica de boa qualidade de uma *fake news*.
- O que é a Revolução das Evidências.
- O que são políticas públicas baseadas em evidências.
- O que são evidências científicas.
- O que são experimentos randomizados controlados e quase-experimentos.
- O que são revisões sistemáticas e suas principais características.
- O que é metanálise.
- Quais são os principais portais de evidências da área de segurança e prevenção à violência no mundo.

1.1 Introdução

A utilização de conhecimento produzido por métodos científicos, em vez do uso de crenças, preconceitos e tradições, fez a humanidade alcançar grandes conquistas nos últimos 300 anos, resultando num aumento da expectativa e da qualidade de vida sem precedentes na história da humanidade.¹

O uso de evidências científicas é fruto de um longo processo histórico, que foi impulsionado inicialmente pelas áreas da saúde, da astronomia e da agricultura. Ao longo da história, filósofos e pesquisadores dessas áreas alertaram a humanidade para o fato de que, muitas vezes, as crenças baseadas em opiniões podem estar profundamente equivocadas para explicar fenômenos e apontar soluções. No entanto, essas vozes raramente eram ouvidas e, em geral, pagavam um preço caro por fazerem descobertas que contradiziam os dogmas religiosos, os interesses de poderosos e o senso comum.²

Para superar o enviesamento por essas crenças e interesses, os pensadores vêm desenvolvendo há séculos métodos para aprimorar a capacidade humana de produzir conhecimento, com base em pesquisas práticas e não apenas em debates retóricos.

Ao criticar soluções que rapidamente se espalhavam como alternativas mágicas para problemas de saúde, o médico persa Al-Razi propôs de forma pioneira, ainda no século X, que se utilizassem dois grupos semelhantes para testar o efeito de um determinado tratamento: um dos grupos receberia o tratamento, e o outro não. Segundo ele, assim seria possível verificar se os efeitos realmente se deviam à intervenção realizada, dando início ao método que 10 séculos depois resultariam nos experimentos randomizados controlados, considerados hoje o padrão ouro para avaliar a efetividade de intervenções nas mais diferentes áreas.³



Figura 1.1. Retrato de Galileu Galilei.



Figura 1.2. HMS Salisbury da Marinha Britânica, palco do experimento de James Lind para a cura para o escorbuto.

Mais de dois mil pensadores foram condenados pelo Tribunal do Santo Ofício, durante a Inquisição da Igreja Católica por fazerem descobertas científicas que contrariavam dogmas religiosos. Giordano Bruno acabou morto na fogueira por defender, a partir de suas observações astronômicas, que o Universo não tinha centro e que poderiam existir outros sistemas solares com vida.

Galileu Galilei, considerado um dos pioneiros da ciência moderna ao combinar o uso de métodos matemáticos, experimentos e observações para testar hipóteses sobre o movimento dos corpos e dos astros, foi humilhado e condenado a prisão domiciliar por heresia ao defender que o Sol era o centro do sistema solar. Cansado de tantos ataques, Galileu⁴ escreveu este desabafo numa carta ao também astrônomo Johannes Kepler:

Meu prezado Kepler, o que você tem a dizer sobre os principais filósofos desta academia que estão cheios da teimosia de uma víbora e não querem olhar os planetas ou a Lua através do telescópio, apesar de eu ter oferecido livre e deliberadamente a oportunidade mil vezes? Assim como a víbora fecha seus ouvidos, esses filósofos fecham os olhos à luz da verdade.

Ainda passariam alguns séculos até que comessem a ser realizados os primeiros experimentos modernos para avaliar o impacto de diferentes intervenções e os experimentos científicos se tornassem a referência, especialmente na área da saúde, de modo que medicamentos, procedimentos e vacinas pudessem ser utilizados.

O estudo considerado o primeiro experimento moderno foi realizado em 1747, pelo médico escocês James Lind, a bordo do navio da Marinha Britânica HMS Salisbury, para tentar descobrir a cura do escorbuto, doença provocada pela falta de consumo de alimentos

com vitamina C que matava mais de um terço dos marinheiros durante as grandes navegações.⁵

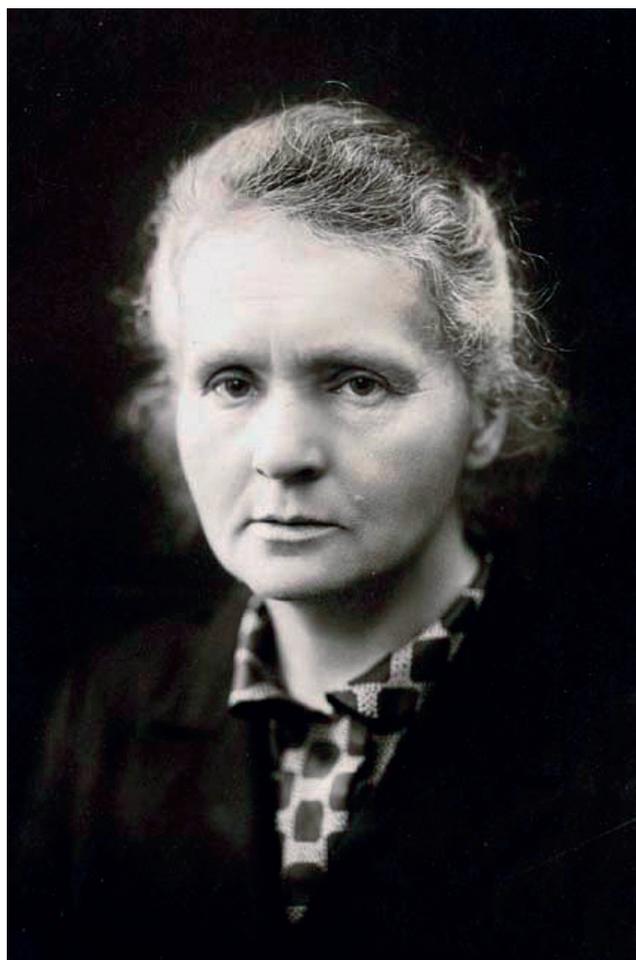
Lind dividiu 12 marinheiros que tinham a doença em seis duplas e administrou diferentes tratamentos para cada dupla, descobrindo que limões e laranjas tinham a capacidade de curar a doença. Lind elaborou e enviou ao Rei e à poderosa Marinha Inglesa um detalhado artigo apresentando os resultados do seu estudo, recomendando que fossem incorporadas frutas cítricas à dieta dos seus marinheiros nos navios espalhados por todo o mundo. No entanto, o estudo foi completamente ignorado pelo comando da Marinha, que continuou recomendando o uso de alguns elixires que pretensamente funcionavam (mas que nunca haviam sido testados). Apenas 40 anos depois as recomendações do estudo foram finalmente adotadas, demonstrando, desde o início, as dificuldades para que o conhecimento científico conseguisse superar outras formas de conhecimento baseadas em tradições, crenças e preconceitos.⁶

Ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, apesar dos avanços, as evidências científicas ainda sofriam grandes resistências, pois confrontavam, muitas vezes, crenças e formas de fazer as coisas tidas como inquestionáveis.

Um dos casos que melhor simboliza essa dificuldade da aceitação das evidências ocorreu com o médico húngaro Ignaz Semmelweis. Em 1846, ele realizou uma investigação para tentar descobrir o que causava a temida “febre pós-parto”, que matava um número significativo de mulheres. Ele analisou a taxa de mortalidade pós-parto no mais importante hospital de Viena, onde os partos eram feitos apenas por médicos, em relação ao número de mulheres que morriam numa maternidade, onde os partos eram feitos por freiras. Para sua surpresa, descobriu que a taxa no hospital era três vezes maior do que na maternidade. Após anos estudando as causas dessa febre, Semmelweis publicou um estudo apontando que os médicos eram os responsáveis pela contaminação das mulheres, pois eles faziam autópsias em cadáveres – algo que as freiras não faziam – e não higienizavam suas mãos de forma adequada.

O médico pesquisador foi duramente criticado pelos colegas do hospital, que consideraram suas ideias um desrespeito aos médicos. Ele foi despedido e teve seu registro de médico

Figura 1.3. Marie Skłodowska Curie (1867-1934) pioneira na pesquisa científica, primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel, a primeira e única mulher a ganhar o prêmio Nobel duas vezes e a única pessoa a ganhar o prêmio Nobel em dois campos científicos (Física e Química).



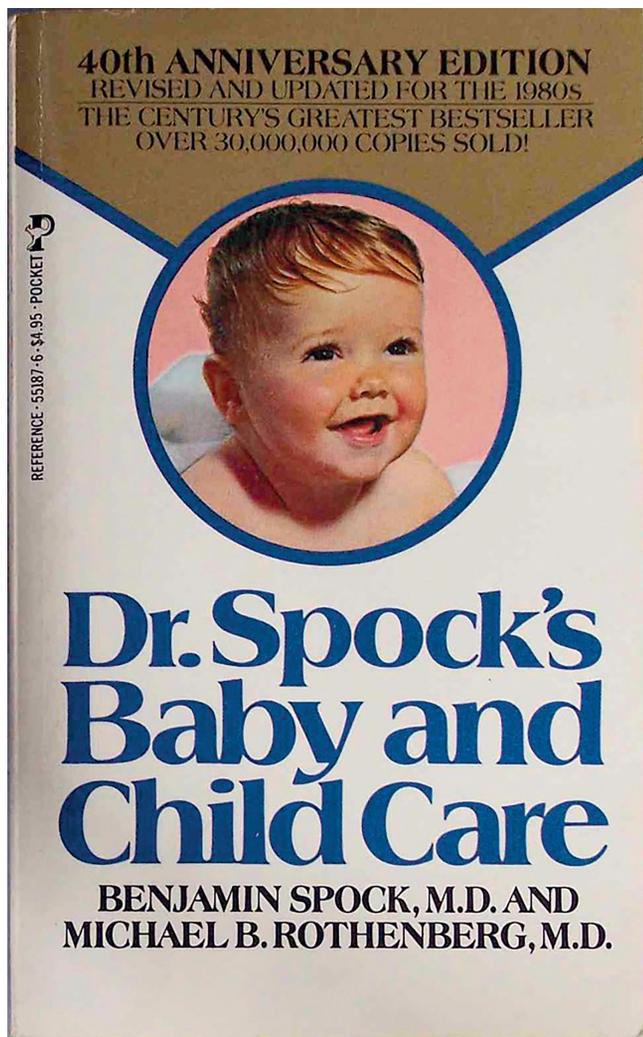


Figura 1.4. Capa do livro *Cuidados com o bebê e a criança*, de Benjamim Spock.

cassado, tendo que se mudar de país. Apesar dos esforços para divulgar sua descoberta em outros locais da Europa, ele foi desacreditado por diversas associações de médicos, tendo problemas de saúde mental e vindo a morrer num hospício aos 47 anos. Algumas décadas depois, quando os estudos de Louis Pasteur sobre a existência dos germes passaram a ser conhecidos, o estudo de Semmelweis foi reconhecido, e até hoje a higienização das mãos é considerada uma das mais importantes formas de prevenir a transmissão de doenças.

Outra história famosa sobre a importância do uso de evidências, e não da experiência pessoal para analisar o que funciona na solução de um determinado problema, data de 1966, quando um dos mais influentes pediatras dos EUA, Benjamim Spock, lançou um livro chamado *Cuidados com o bebê e a criança* (*Baby and Child Care*), que se tornou *best-seller* durante anos entre novos papais e mães. Nesse livro, o doutor Spock recomendava, com base em sua experiência de mais de 30 anos como pediatra, que os bebês dormissem de barriga para baixo a fim de evitar que se afogassem ao vomitar, risco mais presente quando os pequenos dormiam de costas, segundo ele. O

que o doutor Spock não sabia é que, quando o livro foi lançado, a primeira pesquisa sobre o tema já havia sido publicada, com evidências que indicavam exatamente o contrário: que os bebês sufocavam e morriam mais quando dormiam de barriga para baixo. Pesquisas estimam que apenas em decorrência direta do conselho do respeitado médico, mas sem embasamento científico, aproximadamente 60 mil bebês morreram por asfixia nos Estados Unidos.⁷

Com o passar dos anos, mesmo depois de diversos pesquisadores já utilizarem experimentos científicos para avaliar diferentes tipos de intervenções, os estudos de avaliação de impacto ainda não tinham grande reconhecimento público, sendo tomados como preciosismo acadêmico. Eles eram considerados caros, demorados e não tinham qualquer influência nos processos de tomada de decisão das políticas públicas, nem mesmo na área da saúde. Os resultados derivados deles estavam restritos a um pequeno número de cientistas que realmente entendiam sua importância para conseguir analisar o impacto de diferentes medidas, com o menor enviesamento possível.

O passo definitivo de reconhecimento público dos experimentos como um padrão de excelência científica ocorreu em 1955, com aquele que é considerado o maior experimento já realizado na história: o experimento para testar a efetividade da vacina contra o vírus da pólio, doença provocada por um vírus que causava dificuldades de locomoção e até paralisia em mais de mil crianças por dia em todo o mundo.

Financiado pela Fundação Nacional para a Paralisia Infantil dos EUA, esse experimento vacinou 623.972 crianças contra a paralisia infantil, e mais de um milhão de crianças foram acompanhadas no grupo controle. Os resultados mostraram uma redução de 99,9% dos casos ao longo dos anos seguintes nas crianças que receberam a vacina, ganhando a capa de todos os grandes jornais do mundo e tornando o pesquisador Jonas Salk um verdadeiro *pop star* em todo o mundo.

Depois de mais de duzentos anos de evolução enfrentando muitos desafios por questionar crenças tradicionais, os experimentos finalmente se tornaram respeitados e uma fonte de esperança para a sociedade. Mas, apesar desses avanços, os experimentos ainda não eram obrigatórios para a aprovação de remédios e vacinas, também não eram utilizados oficialmente para formular políticas públicas em nenhuma área.

Essa situação mudou no início dos anos 1960 em razão de uma tragédia. O fármaco talidomida, que ajudava a reduzir o enjoo de mulheres grávidas, começou a ser prescrito ao redor do mundo. Mesmo com relatos crescentes de que o medicamento estava provocando má-formação em milhares de bebês ao redor do mundo, o remédio só foi suspenso depois de mais de cinco anos de uso. Investigações posteriores mostraram que a fabricante já tinha conhecimento dos riscos desde o início das vendas do remédio. Em 1962, em razão da comoção pública, o Congresso dos EUA determinou que a *Food and Drug Administration* (FDA) somente autorizasse novos medicamentos e vacinas após a realização de experimentos randomizados controlados de grande porte em seres humanos, mesmo enfrentando o *lobby* das empresas farmacêuticas, as quais afirmavam que tais estudos encareceriam e atrasariam a produção de medicamentos.

Dessa forma, após uma longa jornada, de séculos, durante a qual esse tipo de conhecimento enfrentou grandes barreiras para se afirmar perante outras formas de conhecimento tradicionais, preconceitos, misticismos e interesses econômicos, as evidências produzidas através de experimentos



Figura 1.5. Doutor Jonas Salk com a vacina Salk, contra a poliomielite, em uma das várias coletivas de imprensa no hospital de Pittsburg, em Oakland, Pensilvânia.

finalmente haviam começado a se tornar um elemento fundamental no processo de tomada de decisões da administração pública.⁸

Era o início formal do que o famoso psicólogo experimental David T. Campbell, um dos maiores defensores do uso desse tipo de método nas ciências humanas e do seu uso intensivo para definir as melhores políticas públicas, chamou de “sociedade experimental”: “As nações desenvolvidas devem avançar para uma sociedade experimental, na qual as reformas sociais deverão ser baseadas em experimentos, que permitirão que sejam desenvolvidos melhores programas para resolver problemas sociais específicos.”⁹

1.2 Políticas públicas baseadas em evidências

Mesmo com esse reconhecimento e obrigação legal na área da saúde, ainda durante as décadas de 1970 e 1980 as evidências ainda eram pouco utilizadas no dia a dia das diferentes profissões e tomadas de decisão dos governos. Os profissionais ainda costumavam utilizar o conhecimento que recebiam durante sua formação universitária até o final da sua carreira e geralmente ignoravam por anos os avanços que eram descobertos de forma cada vez mais rápida, em volume cada vez maior. E os governos, inclusive de países desenvolvidos, não utilizavam essas evidências para formular as políticas públicas, destinando recursos a programas que não tinham eficácia comprovada ou, até mesmo, quando as evidências demonstravam não funcionar.

Em 1972, o médico inglês Archie Cochrane, considerado o precursor das políticas públicas baseadas em evidências, escreveu um polêmico artigo denunciando que os médicos e o Governo Inglês davam pouca atenção às evidências científicas, mantinham práticas obsoletas e, muitas vezes, até mesmo sabidamente danosas. Desesperado por ver médicos utilizando tratamentos defasados, Cochrane defendeu que o sistema de saúde inglês deveria passar por uma profunda reforma, sendo verdadeiramente orientado por evidências científicas.

Mais de 20 anos antes do surgimento da internet, ele defendeu que fosse criada uma grande rede mundial para reunir e sistematizar as evidências científicas recentes sobre os mais diferentes assuntos, e que tanto a formulação das políticas públicas quanto a prática cotidiana dos profissionais da saúde deveriam ser legalmente obrigadas a orientar-se por essas evidências. Os esforços de Cochrane resultaram na criação de uma colaboração entre milhares de pesquisadores do mundo todo que sistematizam evidências na área da saúde, a qual serviu de inspiração para o surgimento de uma iniciativa semelhante na área de prevenção à violência e que é a principal fonte de informações desse livro: a *Campbell Collaboration*.